



Website do RDH: <http://hdr.undp.org>

## Relatório de Desenvolvimento Humano 2009

O nosso mundo é muito desigual. Para muitas pessoas em todo o mundo, sair da sua cidade natal, ou da sua aldeia, poderá ser a melhor – ou, às vezes, a única – opção para melhorar as suas oportunidades de vida. Com efeito, essa mudança poderá melhorar bastante os rendimentos e os níveis de educação e de participação de cada indivíduo, bem como das suas famílias, assim como as perspectivas futuras dos seus filhos. Mas essa alteração geográfica tem um valor para além disso: ter-se a possibilidade de decidir onde viver é um elemento fundamental da liberdade humana.

Não é possível traçar o perfil típico dos migrantes de todo o mundo. Apanhadores de fruta, enfermeiras, refugiados políticos, trabalhadores da construção civil, académicos e programadores informáticos – todos se incluem nos quase mil milhões de pessoas que se encontram em migração dentro dos seus próprios países ou para o exterior. Quando as pessoas se deslocam, quer atravessem ou não fronteiras internacionais, embarcam numa viagem de esperança e de incertezas. A maioria parte em busca de melhores oportunidades, na esperança de poder aliar os seus próprios talentos aos recursos existentes nos países de destino, obtendo, assim, benefícios para si e para a sua família mais directa, que frequentemente os acompanha ou os segue. Comunidades locais e sociedades no seu todo também obtiveram os seus benefícios, tanto nos locais de origem como nos destinos. A diversidade destes indivíduos e as regras que governam a sua deslocação fazem da mobilidade humana uma das questões mais complexas que hoje o mundo enfrenta, especialmente agora que se encontra em plena recessão.

Em *Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos*, explora-se o modo como melhores políticas para a mobilidade poderão fomentar o desenvolvimento humano. Primeiro, traça-se os contornos das deslocações humanas – nomeadamente, quem se desloca para onde, quando e porquê – antes de se analisar o vasto impacto dessas mudanças nos migrantes e nas suas famílias, bem como nos locais de origem e de destino. Apresenta-se, então, o modo como os governos deverão reduzir as restrições no que respeita às deslocações, dentro dos limites do seu território e para fora dele, para assim alargar a possibilidade de escolha dos indivíduos e as próprias liberdades humanas. Defender-se-á, por fim, um conjunto de medidas práticas que poderão melhorar as perspectivas dos migrantes à chegada, o que, por sua vez, trará enormes benefícios tanto para as comunidades de destino como para os locais de origem. Note-se que as reformas enunciadas dirigem-se não só aos governos de destino, mas também aos governos de origem, a outros intervenientes fundamentais – em particular, ao sector privado, aos sindicatos e às organizações não governamentais – e aos próprios indivíduos migrantes.

O *Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009* coloca firmemente a questão do desenvolvimento humano na agenda dos decisores políticos, os quais, perante padrões de deslocação humana cada vez mais complexos em todo o mundo, procuram obter os melhores resultados.

# SUMÁRIO

## Relatório de Desenvolvimento Humano 2009

### Ultrapassar Barreiras:

### Mobilidade e desenvolvimento humanos



Copyright © 2009

Pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

1 UN Plaza, New York, NY 10017, USA

Todos os direitos reservados. Nenhum excerto desta publicação poderá ser reproduzido, armazenado num sistema de recuperação ou transmitido sob qualquer forma ou por qualquer meio, nomeadamente, electrónico, mecânico, tipográfico, de gravação ou outro, sem prévia permissão.

Impresso nos EUA pela Colorcraft of Virginia, Inc. A capa foi impressa em 80 grs Chorus Silk Cover com revestimento numa das faces, 25% reciclada pós-consumidor. As páginas de texto foram impressas em 70 grs Rolland Opaque Smooth da Cascades Mills – um papel obtido a partir de fibra branqueada 30% reciclada pós-consumidor, certificado pelo Forest Stewardship Council, e sem cloro. Tanto a capa como as páginas de texto são impressas usando tintas vegetais e produzidas por meio de tecnologias compatíveis com o ambiente. Por favor, recicle o celofane



Edição e Layout: Green Ink

Deseign: ZAGO

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009

Para uma lista de eventuais erros ou omissões encontrados posteriormente à impressão, visite, por favor, o nosso website em http://hdr.undp.org

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2008

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2007

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2006

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2005

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2003

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2002

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2001

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2000

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1999

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1998

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1997

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1996

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1995

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1993

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1992

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1991

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1990

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1989

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1988

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1987

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1986

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1985

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1984

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1983

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1982

### Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009 Mundial

Os recursos relacionados com este relatório estão disponíveis em **hdr.undp.org**, incluindo exemplares e resumos completos do relatório; resumos das consultas, seminários e discussões em rede; a Colecção de Artigos de Investigação do Desenvolvimento Humano e material de imprensa. Todos os indicadores estatísticos e ferramentas de dados; mapas interactivos, fichas descritivas dos países e outro material podem ser gratuitamente acedidos no website.

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009

### Relatórios de Desenvolvimento Humano Nacionais, Subnacionais e Regionais

O primeiro RDH nacional foi lançado em 1992, e desde então mais de 630 RDH nacionais e subnacionais foram produzidos por equipas de mais de 130 países com o apoio do PNUD, assim como 35 relatórios regionais. Enquanto documentos de defesa de políticas, estes relatórios trazem o conceito de desenvolvimento humano para os diálogos nacionais através de processos de consulta, investigação e escrita realizados e detidos pelos países. Os dados são frequentemente apresentados em separado para os diferentes géneros e grupos étnicos, ou seguindo linhas rurais / urbanas com vista a identificar desigualdades, a medir o progresso e a lançar os primeiros sinais de alerta de possíveis conflitos. Em virtude de estes relatórios se fundamentarem em perspectivas locais, poderão influenciar estratégias nacionais, incluindo as políticas para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e outras prioridades de desenvolvimento humano.

*Para mais informações, ver <http://hdr.undp.org/en/nhdr/>, incluindo os exemplares de todos os relatórios, um manual sobre a medição, materiais de formação, e outros.*

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009

### *Journal of Human Development and Capabilities*

*A Multi-Disciplinary Journal for People-Centered Development* [*Revista do Desenvolvimento e Capacidades Humanos: Uma Revista Multi-Disciplinar para o Desenvolvimento Centrado nas Pessoas*]. Esta revista é uma publicação do Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD e da Associação para o Desenvolvimento e Capacidade Humanos [HDCA – Human Development and Capability Association]. Oferece um fórum para a aberta troca de ideias entre um abrangente conjunto de decisores políticos, economistas e académicos. O *Journal of Human Development and Capabilities* é uma revista analisada por especialistas, publicada três vezes por ano (Março, Julho e Novembro) pela Routledge Journals, uma editora do Taylor and Francis Group Ltd.

*Para assinaturas, aceda por favor a <http://www.tandf.co.uk/journals>.*

Capa do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009

### *Temas do Relatório de Desenvolvimento Humano mundial*

<b>2007/2008</b>	Combater as Alterações Climáticas: Solidariedade Humana num Mundo Dividido
<b>2006</b>	A Água para lá da Escassez: Poder, Pobreza e a Crise Mundial da Água
<b>2005</b>	Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual
<b>2004</b>	Liberdade Cultural num Mundo Diversificado
<b>2003</b>	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Um Pacto entre Nações para Eliminar a Pobreza Humana
<b>2002</b>	Aprofundar a democracia num mundo fragmentado
<b>2001</b>	Fazendo as Novas Tecnologias Trabalhar para o Desenvolvimento Humano
<b>2000</b>	Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano
<b>1999</b>	Globalização com uma Face Humana
<b>1998</b>	Padrões de Consumo para o Desenvolvimento Humano
<b>1997</b>	Desenvolvimento Humano para Erradicar a Pobreza
<b>1996</b>	Crescimento Económico e Desenvolvimento Humano
<b>1995</b>	Género e Desenvolvimento Humano
<b>1994</b>	Novas Dimensoes da Segurança Humana
<b>1993</b>	Participação das Pessoas
<b>1992</b>	Dimensões Globais do Desenvolvimento Humano
<b>1991</b>	Financiamento do Desenvolvimento Humano
<b>1990</b>	Conceito e Medida do Desenvolvimento Humano

<sup>[1]</sup> O primeiro RDH nacional foi lançado em 1992



## SUMÁRIO

# Relatório de Desenvolvimento Humano 2009

Ultrapassar Barreiras:

Mobilidade e desenvolvimento humanos



Publicado para  
o Programa das  
Nações Unidas  
para o Desenvolvimento  
(PNUD)

Agradecimento:

A tradução e a publicação da edição portuguesa do Relatório do Desenvolvimento Humano 2009 só foram possíveis graças ao apoio do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)



**IPAD**  
Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento

# Equipa responsável pela elaboração do Relatório de Desenvolvimento Humano 2009

---

## **Directora**

Jeni Klugman

## **Pesquisa**

Coordenação de Francisco R. Rodríguez, com a colaboração de Ginette Azcona, Matthew Cummins, Ricardo Fuentes Nieva, Mamaye Gebretsadik, Wei Ha, Marieke Kleemans, Emmanuel Letouzé, Roshni Menon, Daniel Ortega, Isabel Medalho Pereira, Mark Purser e Cecilia Ugaz (directora adjunta até Outubro de 2008).

## **Estatística**

Coordenação de Alison Kennedy, com a colaboração de Liliana Carvajal, Amie Gaye, Shreyasi Jha, Papa Seck e Andrew Thornton.

## **RDH nacionais e rede de colaboradores**

Eva Jespersen (directora adjunta do GRDH), Mary Ann Mwangi, Paola Pagliani e Timothy Scott.

## **Promoção e divulgação**

Coordenação de Marisol Sanjines, com a colaboração de Wynne Boelt, Jean-Yves Hamel, Melissa Hernandez, Pedro Manuel Moreno e Yolanda Polo.

## **Produção, tradução, plano orçamental e operações, administração**

Carlotta Aiello (coordenadora de produção), Sarantuya Mend (directora de operações) e Fe Juarez-Shanahan e Oscar Bernal.

# Relatório de Desenvolvimento Humano 2009

## Índice do relatório integral

Prefácio  
Agradecimentos  
Acrónimos

### SÍNTESE

#### CAPÍTULO 1

##### **Liberdade e deslocação: como a mobilidade pode estimular o desenvolvimento humano**

- 1.1 Questões de mobilidade
- 1.2 Escolha e contexto: compreender a razão pela qual as pessoas se deslocam
- 1.3 Desenvolvimento, liberdade e mobilidade humana
- 1.4 O que trazemos para a mesa de debate

#### CAPÍTULO 2

##### **Pessoas em movimento: quem se desloca para onde, quando e porquê**

- 2.1 As deslocações humanas hoje
- 2.2 Olhando para trás
  - 2.2.1 A visão a longo prazo
  - 2.2.2 O século XX
- 2.3 Políticas e deslocação
- 2.4 Olhando em frente: a crise e para além dela
  - 2.4.1 A crise económica e as perspectivas de retoma
  - 2.4.2 Tendências demográficas
  - 2.4.3 Tendências ambientais
- 2.5 Conclusões

#### CAPÍTULO 3

##### **Como se saem os migrantes**

- 3.1 Rendimento e padrões de vida
  - 3.1.1 Impactos no rendimento bruto
  - 3.1.2 Custos financeiros da deslocação
- 3.2 Saúde
- 3.3 Educação
- 3.4 Influência, direitos civis e participação
- 3.5 Compreender os resultados de factores negativos
  - 3.5.1 Quando a insegurança leva à deslocação
  - 3.5.2 Deslocações induzidas por desenvolvimento
  - 3.5.3 Tráfico humano
- 3.6 Impactos gerais
- 3.7 Conclusões

#### CAPÍTULO 4

##### **Os impactos na origem e no destino**

- 4.1 Os impactos nos lugares de origem
  - 4.1.1 Efeitos ao nível do agregado familiar
  - 4.1.2 Efeitos económicos ao nível da comunidade e da nação
  - 4.1.3 Efeitos sociais e culturais
  - 4.1.4 Estratégias de mobilidade e de desenvolvimento nacional
- 4.2 Efeitos nos locais de destino
  - 4.2.1 Impactos económicos em agregado
  - 4.2.2 Impactos no mercado de trabalho
  - 4.2.3 Urbanização rápida
  - 4.2.4 Impactos fiscais
  - 4.2.5 Percepções e preocupações acerca da migração
- 4.3 Conclusões

#### CAPÍTULO 5

##### **Políticas e instituições para otimizar os resultados do desenvolvimento humano**

- 5.1 O pacote principal
  - 5.1.1 Liberalizar e simplificar os canais regulares
  - 5.1.2 Garantir direitos básicos para os migrantes
  - 5.1.3 Reduzir os custos das transacções associados com as deslocações
  - 5.1.4 Melhorar os resultados para os migrantes e as comunidades de destino
  - 5.1.5 Possibilitar os benefícios da mobilidade interna
  - 5.1.6 Tratar a mobilidade como uma parte integrante das estratégias de desenvolvimento nacional
- 5.2 A viabilidade política da reforma
- 5.3 Conclusões

##### Notas

##### Bibliografia

#### ANEXO ESTATÍSTICO

##### Tabelas

##### Guia do leitor

##### Nota técnica

##### Definições de termos e indicadores estatísticos

##### Classificação de países

## Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos

Consideremos o Juan. Nascido no seio de uma família pobre no México rural, a família lutou muito para lhe poder pagar a assistência médica, todos os cuidados e a educação. Com 12 anos, deixou a escola para ajudar no sustento da família. Seis anos mais tarde, Juan seguiu o tio na sua ida para o Canadá em busca de um melhor salário e de melhores oportunidades.

A esperança média de vida no Canadá é cinco anos mais elevada do que a do México e os rendimentos são três vezes melhores. Juan foi seleccionado para um trabalho temporário no Canadá, conseguiu o direito de residência e, por fim, tornou-se empresário num negócio que agora emprega canadianos nativos. Este é apenas um caso de entre milhões de pessoas todos os anos que encontram novas oportunidades e liberdades ao migrarem, beneficiando-se a si mesmas, assim como os seus locais de origem e de destino.

Consideremos agora Bhagyawati. Ela vive na zona rural de Andhra Pradesh, na Índia, e pertence a uma casta inferior. Viaja até à cidade de Bangalore com os filhos para trabalhar nas obras durante seis meses por ano, onde ganha Rs 60 (1,20 dólares americanos) por dia. Enquanto está longe de casa, os filhos não vão à escola porque esta fica demasiado longe do local da construção e, para mais, não sabem falar o idioma local. Bhagyawati não tem direito a qualquer subsídio de alimentação ou de assistência médica, e nem exerce o direito de voto, porque vive fora do distrito onde está registada. Como milhões de outros migrantes internos, dispõe de poucas opções para melhorar a sua vida para além de se mudar para uma cidade diferente em busca de melhores oportunidades.

O nosso mundo é muito desigual. As enormes diferenças em termos de desenvolvimento humano entre e dentro de cada país têm constituído um tema recorrente do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) desde a sua primeira publicação, em 1990. No relatório de este ano, exploramos pela primeira vez o assunto da migração. Para muitas pessoas de países em desenvolvimento, sair da sua cidade natal, ou da sua aldeia, poderá ser a melhor – ou, às vezes, a única – opção para melhorar as suas oportunidades de vida. Com efeito, essa mudança poderá

melhorar bastante os seus rendimentos, e os seus níveis de educação e de participação. Mas essa alteração geográfica tem um valor para além disso: ter-se a possibilidade de decidir onde viver é um elemento fundamental da liberdade humana.

Quando as pessoas se deslocam, quer através de fronteiras internacionais, embarcam numa viagem de esperança e de incertezas. A maioria parte em busca de melhores oportunidades, na esperança de poder aliar os seus próprios talentos aos recursos existentes nos países de destino, obtendo, assim, benefícios para si e para a sua família mais directa, que frequentemente os acompanha ou os segue posteriormente. Se forem bem sucedidos, a sua iniciativa e os seus esforços poderão também beneficiar aqueles que deixaram para trás, bem como a sociedade no seio da qual construíram os seus novos lares. Mas nem todos são, efectivamente, bem sucedidos. Os migrantes que deixam os amigos e a família poderão vir a enfrentar a solidão, sentir que não são bem-vindos entre as pessoas que temem ou que hostilizam os estrangeiros recém-chegados, poderão perder o emprego ou adoecer e, por isso, não ser capaz de aceder aos serviços de apoio de que necessitam para prosperar.

O RDH 2009 explora o modo como melhores políticas para a mobilidade humana poderão fomentar o desenvolvimento humano. Nomeadamente, sugere-se que os governos reduzam as restrições no que respeita às deslocações, dentro dos limites do seu território e para fora dele, para assim alargar a possibilidade de escolha dos indivíduos e as próprias liberdades humanas. Nesse sentido, defende-se um conjunto de medidas práticas que poderão melhorar as perspectivas dos migrantes à chegada, o que, por sua vez, trará enormes benefícios tanto para as comunidades de destino como para os locais de origem.

### Como e por que razão as pessoas se deslocam

A perspectiva que constitui tipicamente o ponto de partida de todas as discussões sobre migração é a dos fluxos que se deslocam a partir dos países em desenvolvimento em direcção aos países ricos da Europa, da América do Norte e da Australásia. Contudo, a maioria das deslocações no mundo não é aquela entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos. Na verdade, não é sequer aquela que se verifica entre países. Com efeito, a esmagadora maioria das pessoas que se desloca fá-lo dentro do seu próprio país. Para usar uma definição conservadora, estimamos que aproximadamente 740 milhões de pessoas sejam migrantes internas – quase quatro vezes mais do que aquelas que se deslocaram internacionalmente. Entre as pessoas que se deslocaram atravessando fronteiras nacionais, pouco mais de um terço mudaram-se de um país em desenvolvimento para um país desenvolvido – menos de 70 milhões de pessoas. A maioria dos 200 milhões de migrantes internacionais do mundo mudou-se de um país em desenvolvimento para outro, ou entre países desenvolvidos (mapa 1).

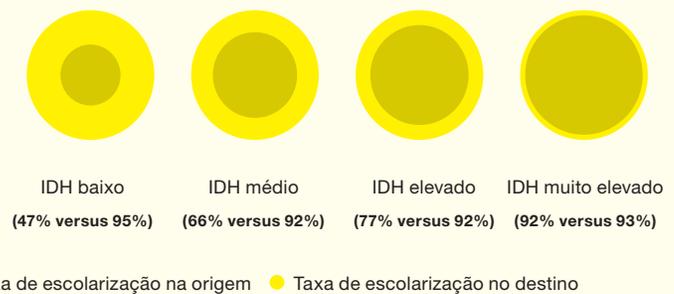
A maior parte dos migrantes, internos e internacionais, consegue alcançar melhores rendimentos,

melhor acesso à educação e à assistência médica e melhores perspectivas de vida para os seus filhos (figura 1). Estudos realizados sobre os migrantes dão conta que a maioria afirma sentir-se feliz nos seus países de

Figura 1

### Os benefícios ao nível da educação são maiores para migrantes de países com um baixo IDH

Taxa bruta de escolarização total na origem versus no destino por categoria de IDH do país de origem, censos de 2000 ou da última ronda.



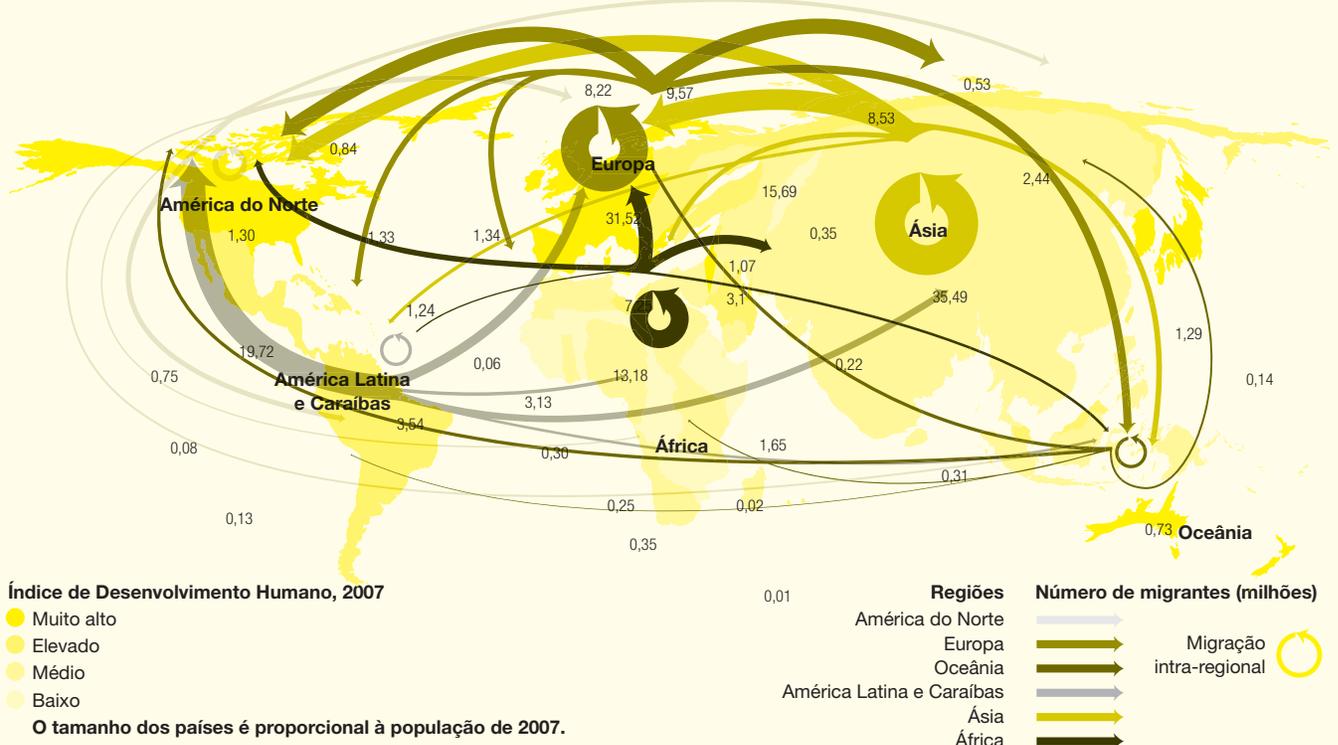
Fonte: Ortega (2009).

Nota: A escolarização total bruta inclui os níveis de ensino primário, secundário e superior.

Mapa 1

### A maior parte das deslocações ocorre dentro de uma mesma região

Origem e destino de migrantes internacionais, cerca de 2000



Fonte: Estimativas da equipa do RDH baseadas na base de dados do Centro de Investigação de Desenvolvimento para a Migração, Globalização e Pobreza (Migration DRC 2007).

destino, apesar de uma série de reajustes e obstáculos que se prendem tipicamente com a própria mudança. Uma vez estabelecidos, os migrantes aderem frequentemente mais a sindicatos ou a grupos religiosos e outros do que os residentes locais. Contudo, existe um outro lado da moeda e os benefícios da mobilidade não estão distribuídos de forma equitativa.

As pessoas que se deslocam por motivos de insegurança e de conflito enfrentam desafios especiais. Estima-se que existam 14 milhões de refugiados a viver fora do seu país de cidadania, os quais representam cerca de 7% dos migrantes de todo o mundo. A maioria permanece perto do país do qual fugiu e vive tipicamente em campos de refugiados até que

as condições no seu país permitam o seu regresso. Porém, cerca de meio milhão por ano viajam até países desenvolvidos em busca de asilo. Um número muito superior, que ronda os 26 milhões, tem estado deslocado internamente. Estas pessoas não atravessaram quaisquer fronteiras, mas podem enfrentar especiais dificuldades longe de casa, num país fragmentado pelo conflito ou devastado por desastres naturais. Outro grupo vulnerável consiste em pessoas – principalmente mulheres jovens – que foram traficadas. Muitas vezes enganadas com promessas de uma vida melhor, a sua deslocação não se dá de livre vontade mas por coação, muitas vezes acompanhada de violência e abuso sexual.

Todavia, em geral, as pessoas mudam-se por sua livre vontade, para lugares com melhores condições. Mais de três quartos dos migrantes internacionais vão para um país com um nível mais elevado de desenvolvimento humano do que o do seu país de origem (figura 2). Porém, são significativamente restringidos por políticas que impõem obstáculos à sua entrada e pela escassez de recursos disponíveis que lhes permitam a deslocação. As pessoas de países pobres são as que menos se mudam: por exemplo, o número de africanos que se mudou para a Europa é inferior a 1%. Com efeito, a história e as evidências actuais sugerem que o desenvolvimento e a migração andam de mãos dadas: a taxa mediana de emigração num país com desenvolvimento humano baixo é inferior a 4%, ao passo que em países com níveis elevados de desenvolvimento humano é superior a 8% (figura 3).

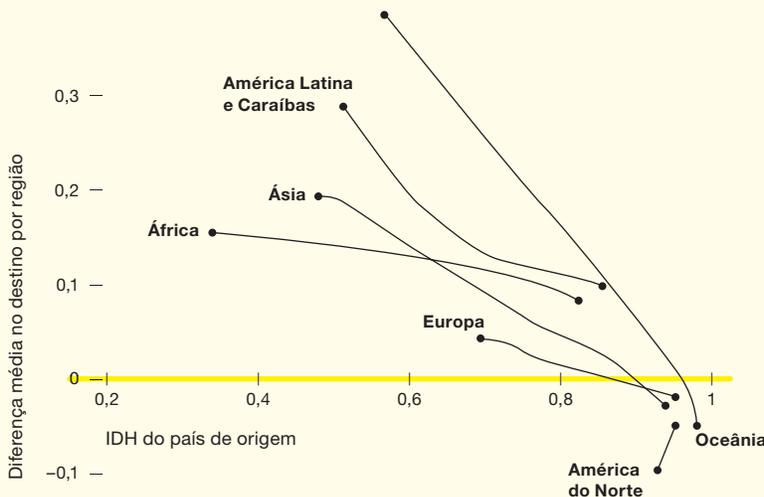
### Obstáculos à deslocação

A taxa de migrantes internacionais entre a população mundial tem-se mantido notavelmente estável em cerca de 3% nos últimos 50 anos, embora se pudesse esperar, dada a existência de determinados factores, um aumento no fluxo. As tendências demográficas – a saber, uma população envelhecida nos países desenvolvidos e populações jovens, em crescimento, nos países em desenvolvimento – e as crescentes oportunidades de emprego, aliadas a comunicações e transportes mais baratos, fizeram aumentar o desejo de migração. No entanto, aqueles que procuram migrar têm encontrado cada vez mais obstáculos à sua deslocação em virtude das políticas dos governos. Efectivamente, para além de o número de estados-nação ter quadruplicado para quase 200 no século anterior, criando-se, por conseguinte, mais fronteiras para atravessar, as alterações nas políticas dos países continuaram a limitar a escala das migrações, mesmo quando as barreiras ao comércio se abriram.

Figura 2

#### Os mais pobres são quem tem mais a ganhar com as deslocações...

Diferenças entre os IDH do país de destino e do país de origem, 2000-2002



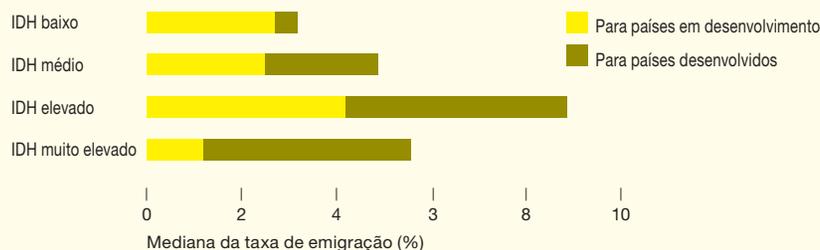
Fonte: Estimativas da equipa do RDH baseadas na base de dados do Centro de Investigação de Desenvolvimento para a Migração, Globalização e Pobreza (Migration DRC 2007).  
Nota: Médias estimadas com base na regressão da densidade apurada segundo regressões de densidade de Kernel.

Figura 3

#### ...mas são também quem menos se desloca.

Taxas de emigração por IDH e rendimento

Mediana das taxas de emigração por grupo de IDH do país de origem



Fonte: Estimativas da equipa do RDH baseadas na base de dados do Centro de Investigação de Desenvolvimento para a Migração, Globalização e Pobreza (Migration DRC 2007) e em UN (2009e)

Os obstáculos à mobilidade são especialmente grandes para as pessoas pouco qualificadas, apesar de muitos países ricos procurarem os seus serviços. As políticas favorecem geralmente a admissão dos mais instruídos, por exemplo, ao permitir que os estudantes permaneçam no país após completarem os seus graus académicos e ao convidar determinados profissionais a estabelecerem-se com as suas famílias. Mas os governos tendem a ser muito mais ambivalentes relativamente a trabalhadores pouco qualificados, cujo estatuto e trato deixam muito a desejar. Em muitos países, os sectores da agricultura, da construção, da produção fabril e dos serviços abrangem postos de trabalho que são preenchidos por esses migrantes. Porém, os governos procuram muitas vezes manter as pessoas menos instruídas em circulação para dentro e para fora do país, tratando por vezes os trabalhadores temporários que não estão devidamente legalizados como a água de uma torneira que se pode abrir e fechar à vontade. Estima-se que 50 milhões de pessoas estejam a viver e a trabalhar no estrangeiro com um estatuto irregular. Alguns países, tais como a Tailândia e os Estados Unidos, toleram um elevado número de trabalhadores não autorizados. Isso permite-lhes aceder a empregos mais bem remunerados do que os que conseguem nos seus países mas, apesar de frequentemente realizarem o mesmo trabalho e pagarem os mesmos impostos que os residentes nativos, poderão não ter acesso a serviços básicos, correndo também o risco de serem deportados. Alguns governos, tais como o de Itália e de Espanha, reconheceram que os migrantes não qualificados contribuem para as suas sociedades, pelo que legalizaram aqueles que tinham trabalho. Outros países ainda, tais como o Canadá e a Nova Zelândia, têm programas de migrantes sazonais bem definidos para sectores como o da agricultura.

De facto, há um amplo consenso sobre o valor da migração qualificada para os países de destino. Contrariamente, os trabalhadores migrantes com poucas qualificações geram muita controvérsia. De um modo geral, embora alguns acreditem que estes migrantes venham efectivamente preencher postos de trabalho vagos, entre outros persiste a ideia de que vêm sobretudo roubar o emprego a trabalhadores nativos e são, para além disso, responsáveis pela redução dos níveis salariais. Entre outras preocupações manifestadas perante os fluxos de entrada de migrantes, tem-se apontado um maior risco de criminalidade, uma acrescida sobrecarga para as infra-estruturas dos serviços locais e o receio de se perder coesão social e cultural. Mas estas preocupações revelam-se muitas vezes desmesuradas. Embora as investigações

evidenciem a possibilidade de a migração, em determinadas circunstâncias, ter efeitos negativos nos trabalhadores nativos com as mesmas qualificações, o conjunto de factos apurados sugere que estes efeitos são geralmente pouco significativos e podem, em alguns contextos, ser totalmente inexistentes.

### Os Argumentos a favor da mobilidade

Este relatório defende que os migrantes aumentam a produtividade económica, com um custo irrelevante ou inexistente para os cidadãos nativos. Efectivamente, os efeitos positivos poderão ser muito abrangentes – por exemplo, quando a disponibilidade dos migrantes para a prestação de serviços de cuidados infantis permite que as mães trabalhem fora de casa. À medida que os migrantes adquirem a língua e outras competências necessárias para progredir nos seus níveis de rendimento, muitos integram-se muito naturalmente, fazendo com que os receios relativamente à actual chegada de estrangeiros culturalmente inassimiláveis no país – semelhantes àqueles manifestados no início do século XX na América face aos irlandeses, por exemplo – pareçam infundados. Todavia, é também verdade que muitos migrantes enfrentam desvantagens sistemáticas, que lhes dificultam ou os impossibilitam de obter o mesmo acesso que os nativos têm aos serviços locais. Este problema afigura-se especialmente grave no que diz respeito aos trabalhadores temporários e em situação irregular.

Nos países de origem dos migrantes, os impactos das deslocações são sentidos sob a forma de mais elevados rendimentos, maior consumo, melhor educação e condições de saúde, e um aumento geral nos níveis cultural e social. Os benefícios mais directos que comumente emergem com a mudança geográfica prendem-se com as remessas enviadas aos membros da família mais próxima. É de salientar, porém, que as repercussões desses benefícios têm um vasto alcance: ao serem gastas, as remessas levam à criação de emprego para os trabalhadores nativos. Por outro lado, verifica-se também uma alteração do próprio comportamento das pessoas, em resposta às ideias que lhes chegam do estrangeiro. Para dar um exemplo significativo, note-se como esta abertura pode levar a que se permita que as mulheres se libertem dos seus papéis tradicionais.

A natureza e a extensão destes impactos dependem de quem se desloca, de como se sai no estrangeiro e de permanecer ou não ligado às suas raízes através de fluxos de dinheiro, conhecimento e ideias. Em virtude de os migrantes tenderem a chegar em elevado número a partir de determinados locais

Baixar as barreiras que se interpõem às deslocações e melhorar o tratamento dedicado àqueles que se deslocam poderão trazer grandes vantagens para o desenvolvimento humano.

específicos – por exemplo, de Kerala, na Índia, ou da província de Fujian, na China –, os efeitos ao nível da sua comunidade podem ser mais preponderantes do que propriamente ao nível nacional. Todavia, a longo prazo, os efeitos do fluxo de ideias fomentado pelas deslocações humanas poderão atingir tais proporções que acabam por afectar as próprias normas e estruturas sociais em todo um país. O fluxo de saída de competências é muitas vezes visto como negativo, particularmente, no que respeita à prestação de certos serviços, tais como aqueles na área da educação e da saúde. No entanto, mesmo quando é este o caso, a melhor resposta é encetar políticas que abordem os problemas estruturais que motivaram essa saída, tais como baixos vencimentos, financiamentos inadequados e instituições fracas. Atribuir a culpa pela perda de trabalhadores qualificados aos próprios trabalhadores é uma atitude que escamoteia as verdadeiras razões pelas quais estes abandonam os seus países, e restrições à sua mobilidade serão provavelmente contra produtivas – para não mencionar o facto de que essas restrições negam o direito humano básico de alguém deixar o seu próprio país.

No entanto, a migração internacional, mesmo que politicamente bem gerida, não representa, só por si, uma estratégia de desenvolvimento humano nacional. Com poucas excepções (e sobretudo em pequenos Estados insulares, onde mais de 40% dos habitantes se deslocam para o estrangeiro), não é provável que a emigração esteja na base das perspectivas de desenvolvimento de toda uma nação. A migração é, no máximo, uma via que complementa esforços locais e nacionais mais amplos para reduzir a pobreza e melhorar o desenvolvimento humano. Estes esforços, por sua vez, continuam a ser tão cruciais como sempre foram até aqui.

## Caixa 1

**O pacote principal**

Em *Ultrapassar Barreiras* traçamos um pacote principal de reformas, que assenta em seis pilares. Cada pilar é benéfico só por si, mas os seis, conjuntamente, são capazes de produzir os melhores resultados na maximização dos impactos do desenvolvimento humano na migração:

1. Liberalizar e simplificar os canais regulares que permitam que pessoas com poucas qualificações possam procurar trabalho no estrangeiro;
2. Garantir os direitos básicos aos migrantes;
3. Reduzir os custos de transacção associados à migração;
4. Melhorar os resultados para as comunidades de migrantes e de destino;
5. Possibilitar os benefícios da mobilidade interna; e
6. Tratar a mobilidade como uma parte integrante das estratégias de desenvolvimento nacional.

Enquanto redigíamos este relatório, o mundo estava a passar pela crise económica mais grave do último meio século. Economias que se retraem e momentos caracterizados por elevadas taxas de desemprego estão a afectar milhões de trabalhadores, incluindo os migrantes. Acreditamos que a actual retracção económica deveria ser vista e aproveitada como uma oportunidade para instituir novos acordos para os migrantes – acordos que beneficiassem tanto aqueles que trabalham no seu próprio país como os que trabalham no estrangeiro, prevenindo-se uma reacção adversa proteccionista. Com a retoma, muitas das mesmas tendências que têm fomentado e influenciado as deslocações durante o último meio século surgirão novamente, levando a que mais pessoas desejem migrar. É vital que os governos comecem a pôr em prática as medidas necessárias para se prepararem para esta situação.

**A nossa proposta**

Baixar as barreiras que se interpõem às deslocações e melhorar o tratamento dedicado àqueles que se deslocam poderão trazer grandes vantagens para o desenvolvimento humano. É necessária uma visão vigorosa para se ter a percepção destas vantagens. Este relatório apresenta argumentos para um conjunto abrangente de reformas a colocar em prática, o qual poderá oferecer importantes benefícios aos migrantes, comunidades e países.

A nossa proposta contempla as duas dimensões mais significativas da agenda da mobilidade, onde há ainda espaço para melhores políticas, nomeadamente, a admissão e o tratamento. As reformas traçadas no nosso pacote principal têm efeitos a médio e longo prazo (caixa 1). Elas dirigem-se não só aos governos dos países de destino, mas também aos governos dos países de origem, a outros intervenientes fundamentais – em particular, ao sector privado, aos sindicatos e às organizações não governamentais – e aos próprios indivíduos migrantes. Embora os decisores políticos enfrentem desafios comuns, terão seguramente de conceber e implementar diferentes políticas para a migração nos seus respectivos países, de acordo com circunstâncias nacionais e locais. Não obstante, existem algumas boas práticas que se destacam e que poderão ser amplamente adoptadas.

Traçamos seis orientações essenciais no sentido da reforma que podem ser seguidas individualmente mas que, usadas em conjunto numa abordagem integrada, poderão otimizar os seus efeitos positivos no desenvolvimento humano. O alargamento dos canais de entrada existentes para que mais trabalhadores possam emigrar; a garantia de direitos básicos

aos migrantes; a diminuição dos custos da migração; a procura de soluções que beneficiem tanto as comunidades de destino como os migrantes que elas acolhem; uma maior facilidade nas deslocações para pessoas que migram dentro dos limites do seu próprio país; e o tratamento da migração como um dos factores preponderantes nas estratégias de desenvolvimento nacionais são medidas que poderão oferecer contributos importantes e complementares para o desenvolvimento humano.

O pacote principal salienta dois caminhos para o alargamento dos canais de entrada mais comuns existentes:

- Recomendamos esquemas de expansão para o trabalho verdadeiramente sazonal em sectores tais como os da agricultura e do turismo, os quais já deram provas de serem eficazes em vários países. A boa prática sugere que esta intervenção deverá envolver sindicatos e entidades patronais, juntamente com os governos dos países de destino e de partida, particularmente, na concepção e aplicação de garantias de salários base, condições de saúde e de segurança e cláusulas contratuais assegurando a possibilidade de novas visitas ao país, como no caso da Nova Zelândia, por exemplo.
  - Também propomos aumentar o número de vistos para pessoas pouco qualificadas, sob determinadas condições, de acordo com a procura no país de destino. A experiência sugere que as boas práticas neste âmbito incluem: garantir que os imigrantes tenham o direito a mudar de entidade empregadora (conhecido como *portabilidade entre entidades empregadoras*), permitir que peçam o prolongamento da sua estadia e abram caminho para a eventual obtenção do direito de residência permanente, estabelecer condições que facilitem as viagens de regresso durante o período do visto e permitir a transferência de benefícios de segurança social acumulados, tal como ficou estabelecido na recente reforma decretada na Suécia.
- Os países de destino deverão decidir quanto ao número desejado de indivíduos a entrar no território através de processos políticos que deixem espaço à discussão pública e ao equilíbrio entre diferentes interesses. Os mecanismos para determinar o número de indivíduos que entra no território deverão ser transparentes e assentar na respectiva procura por parte das entidades empregadoras, estabelecendo-se quotas que estejam de acordo com as condições económicas.

No destino, os imigrantes são muitas vezes tratados de formas que infringem os seus direitos humanos básicos. Mesmo que os governos não ratifiquem as convenções internacionais que protegem

os trabalhadores migrantes, deverão assegurar-se de que estes usufruem dos seus plenos direitos nos locais de trabalho – a saber, igual remuneração por idêntico trabalho, condições de trabalho dignas e o direito à organização colectiva. Com efeito, poderá haver necessidade de actuarem rapidamente para suprimir a discriminação. Os governos dos países de origem e de destino deverão também considerar colaborar conjuntamente no sentido de facilitar o reconhecimento de créditos obtidos no estrangeiro.

A actual recessão tornou os migrantes particularmente vulneráveis. Alguns governos dos países de destino intensificaram a aplicação das leis da migração de formas que poderão até mesmo infringir os direitos dos migrantes. Dar aos migrantes que foram despedidos a oportunidade de procurarem outra entidade empregadora (ou, pelo menos, conceder-lhes tempo para que possam tratar de encerrar os seus assuntos antes de partirem) e divulgar o panorama do emprego – incluindo as retrações nos países de partida – são medidas que poderão mitigar os custos desproporcionais da recessão, gerados tanto por migrantes actuais como por migrantes futuros.

No que respeita as deslocações internacionais, os custos da transacção inerentes à aquisição dos documentos necessários e ao preenchimento dos

**Tabela 1**

**Mais de um terço dos países restringe significativamente o direito à deslocação**

As restrições às deslocações internas e à emigração por categoria de IDH

Categorias de IDH	Restrições à mobilidade, 2008					Total
	Os mais restritivos	1	2	3	Os menos restritivos	
<b>IDH MUITO ELEVADO</b>						
Países	0	3	1	3	31	38
Percentagem (%)	0	8	3	8	81	100
<b>IDH ELEVADO</b>						
Países	2	4	4	10	27	47
Percentagem (%)	4	9	9	21	57	100
<b>IDH MÉDIO</b>						
Países	2	13	24	27	16	82
Percentagem (%)	2	16	29	33	20	100
<b>IDH BAIXO</b>						
Países	2	5	13	5	0	25
Percentagem (%)	8	20	52	20	0	100
<b>TOTAL</b>						
Países	6	25	42	45	74	192
Percentagem (%)	3	13	22	23	39	100

Fonte: Freedom House (2009).

Embora não possa substituir outros esforços de desenvolvimento mais amplos, a migração poderá constituir uma estratégia vital para os agregados familiares e as famílias que procurem diversificar e melhorar os seus padrões de vida.

requisitos administrativos para atravessar fronteiras nacionais são muitas vezes elevados e tendencialmente regressivos (proporcionalmente mais elevados para pessoas não qualificadas e para aqueles com contratos a curto prazo), podendo ter também o efeito indesejado de encorajar as deslocações ilegais e o contrabando. Um em cada dez países apresenta custos em passaportes que excedem os 10% do rendimento per capita. Como seria de esperar, estes custos estão negativamente correlacionados com as taxas de emigração. Tanto os governos dos países de origem como os dos países de destino poderão simplificar os procedimentos e reduzir os custos dos documentos, à medida que ambas as partes podem também colaborar uma com a outra no sentido de melhorar e regulamentar os serviços de intermediação.

É vital assegurar que cada migrante se possa estabelecer bem ao chegar, mas também é crucial que as comunidades às quais se juntam não se sintam injustamente sobrecarregadas pelas exigências acrescidas que eles representam em serviços fundamentais. Quando esta situação coloca desafios às autoridades locais, poderão ser necessárias transferências fiscais acrescidas. Garantir que os filhos dos migrantes tenham o mesmo acesso à educação e, sempre que necessário, dar-lhes apoio para poderem recuperar os conteúdos perdidos e integrar-se na sua nova escola poderão melhorar as suas perspectivas e evitar a formação de uma classe desfavorecida. O ensino da língua é fundamental – para as crianças nas escolas, mas também para os adultos, através do local de trabalho ou através de esforços especiais no sentido de alcançar aquelas mulheres que não trabalham fora de casa. Algumas situações necessitarão de esforços mais activos do que outras no combate à discriminação, na resolução de tensões sociais e, sempre que seja relevante, na prevenção de surtos de violência contra os imigrantes. A sociedade civil e os governos têm uma experiência positiva bastante ampla na prevenção da discriminação através, por exemplo, de campanhas de consciencialização.

Apesar de a maioria dos sistemas de planeamento centralizado em todo o mundo já terem sido abandonados, um número surpreendente de governos – cerca de um terço – continua, de facto, a levantar obstáculos às deslocações internas (tabela 1). As restrições assumem tipicamente a forma de uma redução no fornecimento de serviços básicos e na concessão de direitos para aqueles que não estiverem registados na sua área local, discriminando assim migrantes internos, tal como ainda é o caso na China. Assegurar a equidade no fornecimento de serviços básicos é uma recomendação fundamental do relatório no que respeita aos migrantes internos.

O tratamento equitativo é importante para os trabalhadores temporários e sazonais e suas famílias, para as regiões para onde vão trabalhar, e também para que se possa assegurar um fornecimento de serviços digno nos locais onde pertencem, de modo a que não se sintam compelidos a se deslocarem para obter o acesso a escolas e a serviços de assistência médica.

Embora não possa substituir outros esforços de desenvolvimento mais amplos, a migração poderá constituir uma estratégia vital para os agregados familiares e as famílias que procurem diversificar e melhorar os seus padrões de vida, especialmente em países em desenvolvimento. Os governos precisam de reconhecer este potencial e integrar a migração junto de outros aspectos das políticas para o desenvolvimento do país. Um ponto crucial que emerge a partir da experiência é a importância das condições económicas nacionais e da existência de instituições fortes no sector público que permitam alcançar os maiores benefícios da mobilidade.

## O caminho em frente

Para avançar com esta agenda será necessária uma liderança forte e iluminada, aliada a um esforço mais determinado no sentido de interagir com o público e despertar as suas consciências para os factos reais da migração.

Para os países de origem, uma contemplação mais sistemática do perfil da migração e dos seus benefícios, custos e riscos ofereceria uma melhor base para integrar as deslocações nas estratégias para o desenvolvimento nacional. A emigração não é uma alternativa aos esforços internos do país no sentido de acelerar o desenvolvimento, mas a mobilidade poderá facilitar o acesso a ideias, ao conhecimento e a recursos que poderão complementar e, em alguns casos, otimizar o progresso.

Para os países de destino, por seu lado, as questões de ‘como e quando’ estabelecer reformas dependerá de uma visão realista sobre as condições económicas e sociais, tendo em consideração a opinião pública e as restrições políticas aos níveis local e nacional.

A cooperação internacional, especialmente através de acordos bilaterais ou regionais, poderá conduzir a uma melhor gestão política da migração, a uma maior protecção dos direitos dos migrantes e a maiores contributos dos migrantes tanto para os países de origem como para os de destino. Algumas regiões estão a criar zonas de livre-trânsito para promover uma maior liberdade nas transacções comerciais e simultaneamente otimizar os benefícios da migração – tais como a África Ocidental e o Cone Sul da América Latina. Os alargados mercados de

trabalho criados nestas regiões podem trazer benefícios substanciais aos migrantes, às suas famílias e às suas comunidades.

Existem apelos para que se crie um novo regime mundial para melhorar a gestão política da migração: com efeito, mais de 150 países já participam no Fórum Mundial sobre Migrações e Desenvolvimento. Os governos, que enfrentam

desafios comuns, desenvolvem respostas comuns – uma tendência que vimos emergir enquanto preparávamos este relatório.

Em Ultrapassar Barreiras coloca-se firmemente a questão do desenvolvimento humano na agenda dos decisores políticos, os quais, perante padrões de deslocação humana cada vez mais complexos em todo o mundo, procuram obter os melhores resultados.

## Resultados e tendências do IDH 2007

O índice de desenvolvimento humano (IDH) é uma medida sumária do desenvolvimento humano de um país. Mais concretamente, trata-se de um índice que mede os avanços alcançados por um país, em média, no que respeita a três dimensões básicas:

- uma vida longa e saudável, avaliada com base na esperança média de vida à nascença;
- acesso ao conhecimento, avaliada com base na taxa de alfabetização de adultos e na taxa bruta combinada de escolarização; e
- um nível de vida digno, avaliada com base no PIB *per capita* em paridade do poder de compra (PPC), em dólares americanos.

Estas três dimensões estão padronizadas em valores entre 0 e 1, e é através do cálculo da sua média simples que se apura o valor final do IDH numa classificação de 0 a 1. Os países são, então, classificados por ordem com base neste valor, sendo que uma classificação de 1 representa o valor máximo de IDH.

O IDH deste ano – que assenta em dados de 2007 – foi calculado para 182 países. Três novos países foram incluídos, a saber, Andorra e Listenstaine, ambos pela primeira vez, e o Afeganistão, pela primeira vez desde 1996. Os resultados apresentados no relatório fundamentam-se tanto em novos dados como em revisões de dados reunidos no passado.

É importante sublinhar que estes resultados do IDH, baseados em dados de 2007, não reflectem os efeitos da crise económica mundial, a qual se espera vir a ter um enorme impacto no avanço do desenvolvimento humano em muitos países por todo o mundo.

As setas na tabela indicam a ocorrência de mudanças na ordem das classificações, entre 2006 e 2007, com base em dados em série temporal consistentes.

Neste período, os valores de IDH desceram em quatro países – o que, em todos estes casos, se verificou em resultado da descida do PIB *per capita* – e aumentaram em 174 situações. Simultaneamente, registaram-se muitas outras alterações na ordem da classificação dos países. Em 2007, em relação a 2006, 50 países desceram uma ou mais posições na ordem. Por outro lado, um número semelhante de países subiu. A razão prende-se com o modo como as mudanças de ordem são afectadas não só pelo desempenho dos países individualmente, mas também pelo seu progresso em relação aos outros, especialmente quando as diferenças de valores são pequenas. A China regista a maior subida na classificação (sete posições), seguida da Colômbia e do Perú (cinco posições). Em cada um destes países poder-se-á atribuir estas alterações a um relativamente rápido crescimento do rendimento.

A Noruega encabeça a lista seguida pela Austrália, na segunda posição, e pela Islândia, que surge em terceiro lugar – justamente as mesmas posições do ano passado, de acordo com os dados mais recentes. Registam-se poucas mudanças na ordem dos países que ocupam as dez primeiras posições, e apenas um novo país no grupo – a França –, que veio a ocupar o lugar do Luxemburgo. No final da lista, Níger, Afeganistão e Serra Leoa encontram-se, respectivamente, nos últimos três lugares, não tendo igualmente mudado de posição entre 2006 e 2007. Não se regista nenhuma entrada no conjunto de países que ocupa as dez últimas posições entre os mesmos dois anos.

A maioria dos países não mudou de posição em mais do que dois lugares na ordem das classificações. Por exemplo, na África Subsariana, Gana subiu duas posições (devido a avanços na educação), ao passo que o Chade, a Maurícia e a Suazilândia desceram dois.

# IDH 2007

## Valor e ordem em IDH de 2007 e alterações na ordem entre 2006 e 2007

Notas:   
 ↑ Número de posições que os países subiram em resultado de um melhor IDH entre 2006 e 2007.   
 ↓ Número de posições que os países desceram em resultado de um pior IDH entre 2006 e 2007   
 Um espaço em branco significa que não houve alteração na posição ocupada em termos de IDH entre 2006 e 2007.

Desenvolvimento humano muito elevado (IDH >= 0,900)			Lituânia			China			Iémen		
Noruega	0,971	1	0,870	46	0,772	92 ↑ 7	0,575	140 ↑ 1	Paquistão	0,572	141 ↑ 1
Austrália	0,970	2	Antígua e Barbuda	0,868	47 ↑ 1	Belize	0,772	93 ↓ 3	Suazilândia	0,572	142 ↓ 2
Islândia	0,969	3	Letónia	0,866	48 ↑ 2	Samoa	0,771	94 ↑ 2	Angola	0,564	143
Canadá	0,966	4	Argentina	0,866	49 ↓ 2	Maldivas	0,771	95 ↑ 2	Nepal	0,553	144
Irlanda	0,965	5	Uruguai	0,865	50 ↓ 1	Jordânia	0,770	96 ↓ 1	Madagáscar	0,543	145
Países Baixos	0,964	6 ↑ 1	Cuba	0,863	51	Suriname	0,769	97 ↑ 1	Bangladesh	0,543	146 ↑ 2
Suécia	0,963	7 ↓ 1	Baaamas	0,856	52	Tunísia	0,769	98 ↑ 2	Quênia	0,541	147
França	0,961	8 ↑ 3	México	0,854	53 ↑ 1	Tonga	0,768	99 ↓ 5	Papua-Nova Guiné	0,541	148 ↓ 2
Suíça	0,960	9	Costa Rica	0,854	54 ↓ 1	Jamaica	0,766	100 ↓ 8	Haiti	0,532	149
Japão	0,960	10	Jamahira Árabe Líbia	0,847	55 ↑ 1	Paraguai	0,761	101	Sudão	0,531	150
Luxemburgo	0,960	11 ↓ 3	Omã	0,846	56 ↓ 1	Sri Lanka	0,759	102	Tanzânia República Unida da	0,530	151
Finlândia	0,959	12 ↑ 1	Seychelles	0,845	57	Gabão	0,755	103	Gana	0,526	152 ↑ 2
Estados Unidos da América	0,956	13 ↓ 1	Venezuela, Rep. Bolivariana da	0,844	58 ↑ 4	Argélia	0,754	104	Camarões	0,523	153 ↓ 1
Áustria	0,955	14 ↑ 2	Arábia Saudita	0,843	59 ↓ 1	Filipinas	0,751	105	Mauritânia	0,520	154 ↓ 1
Espanha	0,955	15	Panamá	0,840	60 ↑ 1	El Salvador	0,747	106	Djibuti	0,520	155
Dinamarca	0,955	16 ↓ 2	Bulgária	0,840	61 ↓ 2	República Árabe da Síria	0,742	107 ↑ 2	Lesoto	0,514	156
Bélgica	0,953	17	São Cristóvão e Nevis	0,838	62 ↓ 2	Fiji	0,741	108 ↓ 1	Uganda	0,514	157 ↑ 1
Itália	0,951	18 ↑ 1	Roménia	0,837	63 ↑ 1	Turquemenistão	0,739	109 ↓ 1	Nigéria	0,511	158 ↓ 1
Listenstaine	0,951	19 ↓ 1	Trindade e Tobago	0,837	64 ↓ 1	Territórios Ocupados da Palestina	0,737	110			
Nova Zelândia	0,950	20	Montenegro	0,834	65	Indonésia	0,734	111	Desenvolvimento humano baixo (IDH < 0,500)		
Reino Unido	0,947	21	Malásia	0,829	66	Honduras	0,732	112	Togo	0,499	159
Alemanha	0,947	22	Sérvia	0,826	67	Bolívia	0,729	113	Malawi	0,493	160 ↑ 1
Singapura	0,944	23 ↑ 1	Bielorrússia	0,826	68 ↑ 1	Guiana	0,729	114	Benim	0,492	161 ↓ 1
Hong Kong, China (RAE)	0,944	24 ↓ 1	Santa Lúcia	0,821	69 ↓ 1	Mongólia	0,727	115 ↑ 1	Timor-Leste	0,489	162
Grécia	0,942	25	Albânia	0,818	70	Vietname	0,725	116 ↓ 1	Costa do Marfim	0,484	163
Coreia, República da	0,937	26	Federação Russa	0,817	71 ↑ 2	Moldávia	0,720	117	Zâmbia	0,481	164
Israel	0,935	27 ↑ 1	Macedónia, Antiga Rep. Jugoslava da	0,817	72	Guiné Equatorial	0,719	118	Eritreia	0,472	165
Andorra	0,934	28 ↓ 1	Domínica	0,814	73 ↓ 2	Uzbequistão	0,710	119	Senegal	0,464	166
Eslovénia	0,929	29	Granada	0,813	74	Quirguizistão	0,710	120	Ruanda	0,460	167
Brunei Darussalam	0,920	30	Brasil	0,813	75	Cabo Verde	0,708	121	Gâmbia	0,456	168
Kuwait	0,916	31	Bósnia e Herzegovina	0,812	76	Guatemala	0,704	122 ↑ 1	Libéria	0,442	169
Chipre	0,914	32	Colômbia	0,807	77 ↑ 5	Egipto	0,703	123 ↓ 1	Guinea	0,435	170
Qatar	0,910	33 ↑ 1	Perú	0,806	78 ↑ 5	Nicarágua	0,699	124	Etiópia	0,414	171
Portugal	0,909	34 ↓ 1	Turquia	0,806	79 ↓ 1	Botsuana	0,694	125 ↑ 1	Moçambique	0,402	172
Emiratos Árabes Unidos	0,903	35 ↑ 2	Equador	0,806	80 ↓ 3	Vanuatu	0,693	126 ↓ 1	Guiné-Bissau	0,396	173 ↑ 1
República Checa	0,903	36	Maurícia	0,804	81 ↓ 2	Tajiquistão	0,688	127	Burundi	0,394	174 ↑ 1
Barbados	0,903	37 ↑ 2	Cazaquistão	0,804	82 ↓ 1	Namíbia	0,686	128 ↑ 1	Chade	0,392	175 ↓ 2
Malta	0,902	38 ↓ 3	Libano	0,803	83 ↓ 3	África do Sul	0,683	129 ↓ 1	Congo, República Democrática do	0,389	176 ↑ 1
						Marrocos	0,654	130	Burkina Faso	0,389	177 ↓ 1
Desenvolvimento humano elevado (0,900 > IDH >= 0,800)			Desenvolvimento humano médio (0,800 > IDH >= 0,500)			São Tomé e Príncipe	0,651	131	Mali	0,371	178 ↑ 1
Barém	0,895	39 ↓ 1	Arménia	0,798	84 ↑ 1	Butão	0,619	132 ↑ 1	República Centro-Africana	0,369	179 ↓ 1
Estónia	0,883	40	Ucrânia	0,796	85 ↓ 1	Rep. Democrática Popular do Laos	0,619	133 ↓ 1	Serra Leona	0,365	180
Polónia	0,880	41 ↑ 1	Azerbaijão	0,787	86 ↑ 2	Índia	0,612	134	Afganistão	0,352	181
Eslováquia	0,880	42 ↑ 2	Tailândia	0,783	87 ↓ 1	Ihas Salomão	0,610	135	Niger	0,340	182
Hungria	0,879	43 ↓ 2	Irão, República Islâmica do	0,782	88 ↓ 1	Congo	0,601	136			
Chile	0,878	44 ↓ 1	Geórgia	0,778	89 ↑ 2	Cambodja	0,593	137			
Croácia	0,871	45	República Dominicana	0,777	90 ↓ 1	Mianmar	0,586	138			
			São Vicente e Granadinas	0,772	91 ↑ 2	Comores	0,576	139			